



Sumário Executivo

nº 2/2020

Embrapa Agroindústria Tropical

Período: 4 a 13/3/2020

Brasília, DF
Abril/2020

Sumário Executivo

O que avaliamos

Avaliamos a regularidade dos atos de gestão e dos recursos aplicados na Embrapa Agroindústria Tropical para o alcance de suas metas e objetivos, bem como para a efetividade dos controles internos administrativos da Unidade.

Com base em critérios de materialidade, relevância e criticidade, selecionamos os processos dos Setores e Áreas: Orçamentária e Financeira, Patrimônio e Suprimentos, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Logística, Contratos e Convênios, Campos Experimentais, Obrigações Legais e Gestão Ambiental, Núcleo de Desenvolvimento Institucional, Serviços de Consultorias, Acervo Documental e Carteira de Projetos de Pesquisa, incluídos os respectivos subprocessos.

Conclusões e Recomendações

Na gestão financeira e orçamentária, há necessidade de melhorias nos procedimentos relativos ao uso e prestação de contas do cartão corporativo, a fim de eliminar práticas em desacordo com a norma. Os processos de execução orçamentária e financeira precisam de revisão quanto às informações contidas e aos documentos a serem anexados, conforme normas que regem o assunto. Os lançamentos pertinentes a esses processos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) devem ser feitos habitualmente, sendo oportuna sua atualização.

Em relação às compras e contratações, foram identificadas fragilidades, evidenciando a necessidade de maior eficácia quanto aos procedimentos de cobranças e aplicação dos dispositivos contratuais.

Quanto à gestão de pessoas, encontramos as seguintes situações: trabalho fora do horário de flexibilidade permitido; jornada de trabalho distinta da adotada pela Unidade; ausência de concessão do descanso semanal em razão do trabalho por sete dias seguidos; falta de comprovação de regularidade junto aos conselhos de classe; o laudo técnico de insalubridade e de periculosidade encontra-se desatualizado, tendo sido emitido em 2015; estabilidade dos cipeiros lançada com prazo menor ao estabelecido na norma reguladora; e ausência do relatório semestral sobre as condições de saúde dos empregados expostos a riscos ambientais. As questões relacionadas à frequência requerem a divulgação e a aplicação do que determinam as normas específicas. Faz-se necessário a elaboração de um novo laudo técnico de insalubridade e de periculosidade; e a apresentação por parte do médico do trabalho do relatório semestral após ocorrerem as inspeções previstas.

Na gestão dos contratos continuados, por se tratar de questões decorrentes de falhas associadas à execução de atividades de rotinas, foram propostas melhorias na formalização e no acompanhamento dos contratos e/ou instrumentos equivalentes que se encontram em andamento, cumprindo as cláusulas contratuais pactuadas, inserindo nos processos toda a documentação contendo informações claras e precisas, de modo a garantir transparência e controle, bem como evitar falhas que possam comprometer a integridade do processo.

Sobre a gestão de veículos, verificamos a presença de uma frota pequena, cujo agravante está no fato de que muitos veículos aguardam manutenção. As multas de trânsito não recebem o tratamento adequado de encaminhamento da quitação por parte do infrator. É preciso estabelecer planos de ação para manter a frota de veículos em pleno funcionamento e gerir melhor a cobrança para pagamento das infrações de trânsito.

Na gestão de viagens, identificamos prestações de contas das viagens aprovadas com inconsistências nas informações e nos comprovantes de despesa. Há também viagens sendo aprovadas pelo próprio favorecido e por ordenadores de despesas sem competência para o ato. A Unidade não tem solicitado a autorização da autoridade competente quando da realização de despesa com diárias e passagens. Recomendamos a adoção de procedimentos previstos nas normas de viagens e afins.

Sobre os contratos de comodatos, faltou a comprovação de que todos os contratos baixados pela Assessoria Jurídica (AJU) realmente se encontravam regularizados. Solicitamos a apresentação dos termos de doação ou devolução dos bens envolvidos.

Na gestão dos campos experimentais, a falta de investimentos na recuperação de imóveis e construções tem contribuído para a degradação do patrimônio público e a diminuição da vida útil do bem patrimonial. A Fábrica de Caju encontra-se desativada e com equipamentos sem uso no seu interior. Recomendamos que a Unidade consolide em relatório as inspeções da estrutura física a fim de buscar recursos junto a Embrapa; promova a recuperação de bens patrimoniais; organize suas áreas; e aponte a inviabilidade de não ter a Fábrica de Caju em funcionamento.

Quanto aos documentos legais e gestão ambiental, solicitamos o acompanhamento efetivo a ser dado aos processos em andamento, bem como a comprovação dos documentos vencidos em cumprimento às exigências legais.

Com relação ao Integro, solicitamos que sejam cumpridas as determinações para a certificação das agendas dentro dos prazos estipulados, bem como um acompanhamento efetivo dos resultados.

Na questão dos processos de serviços de consultorias, identificamos falhas na sua composição, devendo a Unidade formalizar devidamente os processos com todos os documentos pertinentes, mantendo a sua transparência, bem como consultar a Secretaria de Inovação e Negócios (SIN) para orientações.

Na gestão da carteira de pesquisas, verificamos dois projetos sem o registro no Sistema Embrapa de Gestão (SEG) e a baixa participação de pesquisadores em atividades de pesquisa. Recomendamos que a Unidade submeta os projetos à avaliação e em seguida proceda ao registro no SEG. É preciso também elaborar plano de ação em conjunto com a SGE/GGP e Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento (SPD), considerando a situação de cada empregado.